

JUDICIÁRIO FEDERAL: DESMONTE PLANEJADO, ATAQUE A DEMOCRACIA!

1. Para se discernir sobre o atual desmonte do PJU e do serviço público como um todo, devemos nos debruçar sobre duas premissas: A primeira delas, a quem interessava o golpe? E a segunda premissa seria: qual o preço do golpe? Quais as vantagens para os segmentos golpistas e para capital interno e estrangeiro?
2. Num primeiro momento o golpe, que foi planejado nos porões do Palácio Jaburú, orquestrado e executado pelos derrotados nas eleições de 2014, apoiado pela mídia golpista, pelos empresários corruptos e legitimado pelo Poder Judiciário, leia-se STF e a República Independente de Curitiba.
3. Sob os olhares atônitos dos servidores, da sociedade e do povo em geral, assistimos de forma passiva e quase irresponsável o maior desmonte do serviço público no Brasil, principalmente no Judiciário Federal conforme, a seguir, passaremos a descrever.
4. O governo enumera seus pacotes de “maldades” a cada semana com total anuência do Poder Judiciário e, pior que isso, com total subserviência. Não se escuta uma só voz da Suprema Corte, nenhum comentário, nenhuma contestação sobre tais medidas, nenhuma voz que ecoe em defesa do povo.
5. O desmonte foi fruto do golpe de estado e se deu de forma orquestrada e planejada atingindo todos os setores do serviço público e em especial o PJU. O golpe de estado foi planejado há tempos atrás. Começa com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 31 de agosto de 2016, perpetrado pelo Parlamento, endossado pelo Judiciário e capitaneado por um poderoso conjunto de forças políticas, setores do judiciário, midiáticas e empresariais, com ativa participação de setores da Polícia Federal.
6. Com o golpe perpetrado, seus algozes passaram a cobrar do governo ilegítimo a fatura das prometidas reformas. Esse foi o preço do golpe, senão vejamos: Inicialmente com a aprovação da PEC 241/16, que prevê o congelamento dos gastos públicos por até 20 anos, fere de morte o serviço público, proíbe concursos públicos e congela salário além da suspensão da admissão ou contratação de pessoal, aumento da contribuição previdenciária, reforma do regime jurídico dos servidores ativos e inativos entre outras maldades.
7. Seguindo esse roteiro de filme de terror, aprova com a política do “toma lá, dá cá” a Terceirização nas atividades- fim do serviço público, seguido da aprovação da Reforma Trabalhista que coloca em risco a retirada de direitos, as conquistas, os direitos e as garantias da classe trabalhadora. Paralelo a isso, o TSE, com decisões monocráticas de Gilmar Mendes, vem tentando desmontar a Justiça Eleitoral do país, extinguindo milhares de zonas eleitorais, privatizando em massa os serviços eleitorais, tirando poder de fiscalização e atacando a democracia.
8. Mas o pacote de “maldades” não termina ai. Foi aprovado recentemente na CCJ do senado federal o fim da estabilidade do servidor público por insuficiência de desempenho, abrindo as portas para todo tipo de injustiças e perseguições e sem estabelecer de forma objetiva quais os critérios para essa modalidade de demissão.

9. Continuando o caminho insano da destruição do serviço público, ainda falta ser aprovada a tão propagada Reforma da Previdência, que traz no seu bojo, um dos maiores crimes contra a classe trabalhadora.

10. O Judiciário independente de Curitiba, com total apoio de membros da Suprema Corte, com o discurso de combate à corrupção, legitimou e deu total apoio a um golpe de Estado que derrubou um governo legitimamente eleito, e pior que isso, criou um Estado de exceção colocando no governo, o presidente mais corrupto da história do país.

11. Enquanto isso, as denúncias contra Juízes e Desembargadores, Procuradores e Promotores de Justiça, continuam na ordem do dia. São inúmeros os escândalos, contra as mordomias e os altos salários de seus membros, contra a morosidade de seus feitos e contra a arrogância e prepotências de alguns de seus pares.

12. Aliado a todo este desmonte, precisamos dar um basta nas diversas situações impostas aos servidores do Poder Judiciário Federal. A sociedade precisa conhecer melhor o papel que desempenhamos e o esforço hercúleo que desenvolvemos em nosso labutar diário.

13. É preciso desmitificar esse manto de pureza que foi cultivado ao longo dos séculos. A magistratura não pode tudo. Os juízes e Juízas não são deuses nem deusas, embora 80% por cento de seus membros tenham dúvidas se são ou não entidades onipotentes e 20% já possuem absoluta certeza.

14. Nessa grande orquestração, somos nós os servidores, que carregamos o piano para execução do concerto. A nós servidores, Analistas, Oficiais de Justiça, Agentes de Segurança, Auxiliares Judiciários e principalmente os Técnicos Judiciário, cabe à tarefa de movimentar os milhares de processos que tramitam no Judiciário Federal. A nós servidores cabe de forma direta à tarefa de fazer a prestação jurisdicional.

15. Aos magistrados, resta tão somente assinar as sentenças, os despachos de mero expediente, interlocutórios, os acórdãos, que impulsionam a movimentação processual. Todos esses atos de movimentação processual fazem parte de nossa rotina e chegam à mesa dos magistrados prontos e acabados para tão somente serem assinados.

16. Por isso, será preciso uma ampla campanha de esclarecimentos a toda sociedade sobre o real papel, atribuições, competência e função que exercem os servidores do Judiciário Federal e sua importância na prestação jurisdicional. Não podemos continuar sendo coadjuvantes num processo em que somos os principais atores e atrizes.

17. É preciso mostrar para a sociedade que pelas mãos dos servidores da Justiça Federal passam os processos das maiores empresas sonegadoras de impostos destes pais em débito com a União e seus entes como INSS, receita Federal e tantos outros. É urgente dizer à sociedade que pelas mãos dos servidores da Justiça Federal, correm e tramitam as ações criminais dos maiores bandidos da história deste país como Fernandinho Beira Mar e todos os políticos e empresários corruptos condenados pela operação Lava jato, dentre outros.

18. Não podemos esquecer o papel dos servidores da Justiça do Trabalho, a quem compete processar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal,

dos Estados e da União, e, na forma da lei, outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, bem como os litígios que tenham origem no cumprimento de suas próprias sentenças, inclusive coletivas. Pela importância social dessa prestação, imaginamos qual será o tamanho do prejuízo da classe trabalhadora se a Justiça do Trabalho for extinta, como planeja o governo golpista.

19. Da mesma forma e não menos importante, será preciso divulgar para a sociedade e por todos os meios e ferramentas de mídia, o papel desenvolvido pelos servidores da Justiça Eleitoral.

20. Somos nós servidores da Justiça Eleitoral os verdadeiros responsáveis pela condução das eleições no Brasil, bem como a garantia da legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, tudo isso com o fim maior de garantir e fortalecer o regime democrático. A sociedade não imagina o quanto é feito por nós servidores para garantir, desde o equilíbrio na disputa, a lisura do pleito e a certeza de que o resultado das eleições espelhou a vontade popular, sem vícios e sem interferências internas ou externas.

21. Mas o povo está indiferente ao nosso trabalho. Para a mídia em geral, ao se referir ao trabalho do Judiciário Federal, colocam-se os magistrados como principais vetores. Esquecem e nada se diz sobre o trabalho efetivo dos Técnicos, Analistas, Agentes e Auxiliares Judiciários, nem sobre os Oficiais de Justiça que colocam em risco suas vidas sob as intempéries da natureza para exercer e cumprir o seu mister.

22. É de fundamental importância que se divulgue pelas mídias alternativas e redes sociais as mordomias e altos salários da magistratura brasileira. Necessário se faz mostrar a população dentre tantas regalias, os ganhos acessórios como o auxílio-saúde, o auxílio moradia no valor de 4,3 mil reais, o auxílio-alimentação, auxílio-educação e até um vale-livro, que garante aos magistrados uma verba de R\$ 3 mil anuais para a compra de livros que possam auxiliar o magistrado em sua atividade.

23. Paralelo a todo esse desmonte, extinguíram zonas eleitorais, surrupiaram nossos 13,23%, retiram nossos quintos, ameaçam a extinção da Justiça do Trabalho, o fim do cargo de Oficial de Justiça e não valorizam e até impedem a mudança de escolaridade para NS para ingresso no cargo dos Técnicos Judiciários.

24. Por fim clamo a todos os colegas servidores do PJu, que não se enganem. Unir forças é nossa bandeira. A nossa luta está só começando. Precisamos sair do anonimato, deixemos de ser coadjuvantes, precisamos lutar contra os desmontes ora impostos a toda categoria. O dia é hoje e a hora é agora.

25. Para nós só nos resta um caminho: Levantar das cadeiras, sair das salas, desligar os equipamentos, apagar as luzes, fechar a porta e jogar a chave fora. O seu sindicato e a Fenajufe serão as salvaguardas, o guia e a luz para essa travessia. Vamos à luta e até a vitória.

Marcos Santos

Oficial de Justiça Avaliador Federal (aposentado) na Seção Judiciária da Paraíba- TRF
5ª Região

Coordenador Executivo da FENAJUFE
Coordenador Geral do SINDJUF/PB